

Abertura da economia é a nova proposta do Fórum

54
Brasil

— Abrir a economia brasileira para o exterior é a saída para os anos que virão, quando se partir para as reformas estruturais, onde é preciso ter um objetivo em mente: expor o mercado à concorrência internacional. Esse foi o tom predominante dos debates de ontem pela manhã no segundo dia do Fórum Nacional, onde imperou o discurso neo-liberal, ainda mais pela ausência de economistas com posições mais à esquerda, como Paul Singer, do PT, convidado para o encontro. O resultado foi praticamente um consenso de que o Estado brasileiro tem de se recolher à área social, como habitação e saúde, e eliminar cartórios e reservas de mercado que impedem o acesso de produtos e serviços estrangeiros.

“O mundo está com uma revolução silenciosa em curso, com as empresas mudando completamente, e ficamos praticamente à margem disso”, avaliou o economista Antônio Barros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, colocando-se na posição de expectativa de que uma mudança nas relações governo-economia traga a eficiência e a produtividade que marcariam aquele processo de transformação. O tom mais

crítico, do lado dos empresários, veio do presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter: “Estamos vivendo a mesma discussão de 150 anos atrás, na Europa, quando se debatia a importação de tecido.”

Rompimento — Gerdau propôs simplesmente o rompimento do que ele chamou de “domínio dos oligopólios e cartórios”, e não limitou suas críticas ao governo: fez alusões ao comportamento de políticos trabalhando por leis que interessam “a grupos específicos”, e, no lado trabalhista, a estruturas corporativas, em empresas estatais, que defendem “uma estrutura de privilégios”. Em outra fase do debate, o vice-presidente-executivo do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (IBMEC), Paulo Guedes, traduziu sua defesa da abertura da economia reivindicando “o corte de vínculos com fisiologismos do passado, que protegem bolsões de ineficiência”. Mas também deixou claro que há uma fase preliminar: “O curto prazo é importante para a implementação da reforma do Estado.”

A intervenção de Edmar Bacha, da Pontifícia Universidade Católica do Rio, por exemplo, logo no início do debate — no qual participou com uma proposta de

renegociação não-convencional da dívida externa —, foi praticamente de advertência. “A prioridade no curto prazo é o combate à inflação. Nesse período deverá permanecer uma centralização das decisões na Presidência da República e no Ministério da Fazenda. Depois da estabilização, a liberação da economia certamente é um objetivo a ser perseguido”, acentuou, cauteloso, ao ser questionado sobre o que ouvirá após sua exposição.

Mas a posição que pode ser interpretada como de maior aviso partiu do também economista Carlos Antônio Rocca, executivo do grupo Mappin, do ramo varejista. Ele demonstrou uma boa preocupação quanto à possibilidade de uma estratégia de abertura total da economia brasileira ao exterior conduzir a distorções envolvendo determinados setores — aqueles mais fragilizados diante da concorrência internacional — que eventualmente implicariam recorrer a mecanismos como o controle de preços (em função da formação de oligopólios ou monopólios, ao final do processo). Então, haveria que se ter cautela ao utilizar estratégias que criassem “setores sem condições de superar a competição”, concluiu.